REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , 2011.
(Sr. AUGUSTO COUTINHO)

Solicita ao Sr. Ministro do Esporte, Orlando Silva de Jesus Júnior, informações sobre os recursos financeiros destinados pelo Programa Segundo Tempo, no período de 2004 a 2010.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 116 e inciso I do art. 115, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Esporte, Sr. Orlando Silva de Jesus Júnior, o presente pedido de informação consistente nos questionamentos abaixo elencados, em relação aos recursos financeiros destinados as ONGS através do Programa Segundo Tempo, compreendendo o período de 2004 a 2010.

São os seguintes:

- 1- Quais foram as entidades e municípios beneficiados pelo Programa Segundo Tempo desse Ministério do início do programa aos dias atuais?
- 2- Quais os valores liberados, datas das liberações, entidades beneficiadas e locais?
- 3- Quais foram os laudos de fiscalização emitidos pelo Ministério?

JUSTIFICATIVA

O Jornal Estado de São Paulo tem reportagens publicadas ontem, dia 21/02/2011, onde mostraram que o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, serve para gerar dividendos eleitorais e financeiros ao PC do B em todo o País.

Segundo a matéria, a reportagem visitou o programa em São Paulo, Piauí, Santa Catarina, Brasília e Goiás e flagrou entidades de fachada recebendo recursos do projeto, núcleos esportivos fantasmas, outros abandonados ou em condições precárias com crianças expostas ao mato alto e todo tipo de detritos.

No rol das entidades fantasmas, encontra-se a Bola Pra Frente, que é presidida pela Sra. Rosa Malvina da Silva e Coordenada pela Vereadora Karina Rodrigues do Município de Jaguariúna.

A referida entidade tem sido a principal referência do Programa Segundo Tempo, sendo a campeã de recursos recebidos do Ministério do Esporte.

O Ministério do Esporte tem no seu orçamento de 2011 a quantia de R\$ 255 milhões para serem aplicados nesse mesmo Programa que ora solicitamos as devidas informações.

Portanto, no intuito de esclarecer a população sobre a denuncia de favorecimento de ONGS E municípios no Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte, e especialmente no cumprimento das prerrogativas constitucionais de fiscalização atribuídas aos membros Poder Legislativo, é que requiero, para o devido processamento regimental, o presente pedido de informação

Sala das Sessões, em de 2011.

Deputado Augusto Coutinho
DEM/PE